

CENTRAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 99020/2026

TIPO MENOR PREÇO

PREGÃO ELETRÔNICO

99020/2026

CONTRATANTE (UASG)

(980425)

OBJETO

Contratação de empresa especializada no fornecimento de Serviço Tecnológico de Inteligência de Dados, Monitoramento perimetral e Engenharia de Fluxos Proativos, operando sob o modelo de Software como Serviço (SaaS) com disponibilização de ativos de captura em regime de comodato.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 12.561.834,79 (Doze milhões, quinhentos e sessenta e um mil, oitocentos e trinta e quatro reais e setenta e nove centavos.)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 25/06/2026 às 09h00min (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço por lote

MODO DE DISPUTA:

Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

Não

CENTRAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 99020/2026

TIPO MENOR PREÇO

Sumário

1. DO OBJETO.....	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO.....	6
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	6
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	9
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES... ..	10
7. DA FASE DE JULGAMENTO E ACEITABILIDADE DA PROPOSTA	14
8. DA VISTORIA TÉCNICA.....	17
9. DA FASE DE HABILITAÇÃO	18
10. DOS RECURSOS	21
11. DO TERMO DE CONTRATO	22
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	23
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	25
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	26
15. DOS ANEXOS	27
16. DO FORO	27
ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA Nº 022/2026	29
• ANEXO I -A- ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR 017/2026	29
• ANEXO I -B- MAPA DE RISCO	29
ANEXO II – MINUTA DE CONTRATO.....	30
ANEXO III – PROPOSTA DE PREÇO	61
ANEXO IV – ATESTADO DE VISITA TÉCNICA	62

CENTRAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 99020/2026

TIPO MENOR PREÇO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARCARENA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 99020/2026
(Processo Administrativo nº. 6799/2026)

O município de Barcarena, através da Prefeitura Municipal de Barcarena, inscrita sob o CNPJ nº **05.058.458/0001-15**, por intermédio do(a) Agente de Contratação e Equipe de Apoio da Prefeitura Municipal de Barcarena, designados pela Portaria nº 0008/2025-SEMAT, de 14.01.2025, publicada no Diário Oficial Eletrônico do Município de Barcarena do Estado do Pará DOM em 15.01.2025, torna público aos interessados, que realizará Licitação na modalidade **PREGÃO** na forma **ELETRÔNICA**, do tipo “**MENOR PREÇO POR LOTE**”, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e dos Decretos municipais nº. 805/2023 e nº 15/2024, publicados no Diário Oficial do Município de Barcarena e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 25/06/2026

Horário: 09h00min (horário de Brasília - DF)

Local: Portal de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras)

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a **Contratação de empresa especializada no fornecimento de Serviço Tecnológico de Inteligência de Dados, Monitoramento perimetral e Engenharia de Fluxos Proativos, operando sob o modelo de Software como Serviço (SaaS) com disponibilização de ativos de captura em regime de comodato**, em conformidade com seu termo de referência e demais anexos.

1.2. A licitação será dividida em um grupo único, composto por 37 (trinta e sete) itens, dos quais 14 (quatorze) serão fornecidos em regime de comodato, conforme tabela constante do Termo de Referência, **Anexo I** deste Edital, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

1.3. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no CATSERV/CATMAT e as constantes deste edital prevalecerão as últimas.

1.3.1. O sistema ComprasGov não permite alterações nas descrições dos itens, somente informações complementares, portanto, as especificações dos itens descritos no CATSERV/CATMAT poderão não coincidir com as do Termo de Referência. **Logo, prevalecerá as especificações contidas no Termo de Referência – Anexo I deste edital.**

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento

CENTRAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 99020/2026

TIPO MENOR PREÇO

Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no inciso I do Art.13 da IN SEGES/ME n° 73, de 2022, e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento do SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome e assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive, os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Em razão de o valor estimado da contratação ser superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte (R\$ 4.800.00,00), não será concedido tratamento favorecido às microempresas e às empresas de pequeno porte previsto nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar n° 123/2006, conforme art. 4º, § 1º, inc. II, da Lei n° 14.133/2021.

2.7. Não poderão participar desta licitação:

2.7.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

CENTRAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 99020/2026

TIPO MENOR PREÇO

2.7.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

2.7.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.7.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021;

2.7.11. Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.7.12. Licitantes estejam sob falência, concurso de credores, em processo de dissolução ou liquidação;

2.7.13. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns (não poderão apresentar propostas para o mesmo item ou grupo), ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

2.8. O impedimento de que trata os itens 2.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.2 e 2.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.11. O disposto nos itens 2.7.2 e 2.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente

CENTRAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 99020/2026

TIPO MENOR PREÇO

financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.13. A vedação de que trata o item 2.7.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes cadastrarão, **por meio do sistema**, proposta com a descrição do objeto ofertado com o preço até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1 Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2 Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.3 Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4 Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento

CENTRAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 99020/2026

TIPO MENOR PREÇO

favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.6 Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.6.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.6.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.6.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.6.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.6.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.6.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.6.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.6.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.6.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.6.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.6.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.7. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho (Programa de Equidade de Gênero), conforme regulamento, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso III, da lei n. 14.133, de 2021.

CENTRAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 99020/2026

TIPO MENOR PREÇO

4.8. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

4.9. Caso o licitante venha a se utilizar dos benefícios previstos nos itens 4.7. e 4.8 para fins de aplicação do critério de desempate, deverá apresentar, quando solicitado pelo(a) pregoeiro(a), a documentação comprobatória referente aos respectivos programas, em conformidade com as disposições normativas aplicáveis e no prazo por este(a) estabelecido.

4.10. Diante do não envio das referidas documentações, ou a sua apresentação em desacordo com as exigências estabelecidas, a declaração se mostrará, em tese, inverídica, e acarretará a exclusão do licitante do certame através da desclassificação de sua(s) proposta(s), sem prejuízo das demais sanções previstas na legislação aplicável.

4.11. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3, 4.5, 4.7 ou 4.8 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e neste Edital.

4.12. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.13. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.14. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.15. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.15.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.15.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.16. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.15 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.17. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema

CENTRAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 99020/2026

TIPO MENOR PREÇO

eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.18. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor Unitário (**Utilizar duas casas decimais**);

5.1.2. Marca/Fabricante (quando CATMAT);

5.1.3. Modelo/Versão (quando CATMAT);

5.1.4. A quantidade de unidades, observada a quantidade total prevista fixada no Termo de Referência para cada item;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. As informações constantes da proposta inicial cadastrada no sistema não poderão ser alteradas no decorrer da sessão pública, vinculando o licitante às condições originalmente apresentadas, as quais deverão ser integralmente observadas e mantidas até o encerramento do certame, sob pena de desclassificação da proposta e aplicação das sanções cabíveis, nos termos da legislação vigente e deste Edital.

5.3. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas

CENTRAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 99020/2026

TIPO MENOR PREÇO

contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.11. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 5.10.

5.12. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES.

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicado neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário do item**.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos

CENTRAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 99020/2026

TIPO MENOR PREÇO

lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de 1% (um por cento).

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **MODO DE DISPUTA “ABERTO”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o(a) Pregoeiro(a), auxiliado(a) pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

CENTRAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 99020/2026

TIPO MENOR PREÇO

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.20.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.20.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de

CENTRAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 99020/2026

TIPO MENOR PREÇO

obrigações previstos nesta Lei;

6.20.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025.

6.20.4. Declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

6.21 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.20.5. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.20.6. Empresas brasileiras;

6.20.7. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.20.8. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.22.1. O sistema ComprasGov aplica os critérios de desempate de forma compulsória após a aplicação de alguns incisos e a permanência do empate.

6.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.23.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados os preços unitários máximos dispostos no Termo de Referência como critério de aceitabilidade.

6.23.2. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega.

6.23.3. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.23.4. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais

CENTRAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 99020/2026

TIPO MENOR PREÇO

licitantes.

6.23.5. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.23.6. O(a) Pregoeiro(a) solicitará ao licitante mais bem classificado que envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.23.6.1. A proposta deverá conter a descrição detalhada do objeto, **devendo ser elaborada na forma deste Edital e seus anexos, contendo as quantidades, marca e especificações dos produtos ou serviços de forma detalhada (definidos no Anexo I deste Edital)**, para o(s) qual(is) estiver apresentando proposta, e o(s) seu(s) respectivo(s) preço(s) unitário(s) e preço(s) total(is) de cada item(ns), conforme constante no Termo de Referência (Anexo I) deste Edital, de maneira a demonstrar o completo atendimento às características constantes no Termo de Referência.

6.23.6.2. Para apresentação da proposta final adequada ao último lance, a licitante poderá utilizar as informações presentes no Anexo III – Modelo de Proposta de Preços, e encaminha-la em arquivo único, juntamente com todos os documentos que a acompanharem, e deverá(ão) ser encaminhada(s), no prazo, mínimo, de 2 (duas horas), a contar da solicitação do(a) Pregoeiro(a) por meio da opção “Enviar Anexo” no sistema eletrônico ComprasGov e deverá:

6.23.6.2.1. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

6.23.6.2.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

6.24. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

6.24.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

6.24.2. É facultado ao(a) Pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.25. Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO E ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

CENTRAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 99020/2026

TIPO MENOR PREÇO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o(a) Pregoeiro(a) verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://certidoes.cgu.gov.br>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://certidoes.cgu.gov.br>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

Nota explicativa: A consulta aos dois cadastros – CEIS e CNJ –, além do tradicional SICAF, na fase de habilitação, é recomendação do TCU (Acórdão nº 1.793/2011 – Plenário). Trata-se de verificação da própria condição de participação na licitação.

7.1.5. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos itens 7.1.2, 7.1.3 e 7.1.4 pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1 A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o(a) Pregoeiro(a) diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

CENTRAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 99020/2026

TIPO MENOR PREÇO

7.4. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 7.5.1. Contiver vícios insanáveis;
- 7.5.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência (Anexo I);
- 7.5.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 7.5.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.5.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.6. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 60% (sessenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.6.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do(a) Pregoeiro(a), que comprove:

- 7.6.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 7.6.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.8. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

CENTRAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 99020/2026

TIPO MENOR PREÇO

7.9.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.11. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.12. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.13. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo(a) Pregoeiro(a), ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.14. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o(a) Pregoeiro(a) analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7.15. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação do licitante com proposta aceita, observado o disposto neste Edital.

8. DA VISTORIA TÉCNICA

8.1. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização da obra, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

8.2. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá horário disponibilizado pela Secretaria responsável na data e horário exclusivos, a ser agendado com, pelo menos, 2 (dois) dias úteis de antecedência, por meio de correspondência nos endereços eletrônicos das secretarias, das 08:00 às 14:00, em dias úteis, exceto nas sextas-feiras) de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

- SEMAS: licitacao@semasbarcarena.com
- SEMUSB: contratossemusb@gmail.com
- SEMED: semed@barcarena.pa.gob.br
- SEMAT: semadpmb@gmail.com

CENTRAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 99020/2026

TIPO MENOR PREÇO

8.3. A visitação à área de execução da obra para as licitantes deverá ser realizada até 1 (um) dia útil anterior à data de abertura da sessão, e todos os custos decorrentes dessa visita correrão por conta das licitantes que devem nesta ocasião obter todas as informações que necessitam para preparar suas propostas, não cabendo quaisquer alegações de prejuízos ou reivindicações sob pretexto de insuficiência de informações acerca do objeto deste edital.

8.4. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, podendo utilizar o modelo constante no Anexo V deste edital.

NOTA IMPORTANTE: Nesse contexto, uma vez facultada a realização da vistoria prévia, os interessados terão três opções para cumprir esse requisito de habilitação, conforme [§§ 2º e 3º do art. 63, da Lei nº 14.133, de 2021](#), a saber:

- a) realizar a vistoria e atestar que conhece o local e as condições da realização da obra;
- b) atestar que conhece o local e as condições da realização da obra;
- c) declarar formalmente, por meio do respectivo responsável técnico, que possui conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

Obs. 01: A hipótese “a” dispensa maiores comentários, a não ser o de que é o próprio licitante que atesta conhecer o local e as condições, e não a Administração que tem o ônus de emitir o atestado de vistoria.

Obs. 02: Já na hipótese “b”, o licitante não necessariamente realiza a vistoria facultada na contratação, mas, da mesma forma, atesta que conhece o local da obra, além das respectivas condições de execução, pressupondo-se que já tenha comparecido anteriormente ao local para poder emitir a declaração sem incorrer em falsidade ideológica. Isso pode ocorrer sobretudo quando se trata de empresa que já prestou serviços no mesmo local ou já realizou vistoria em outra oportunidade.

Obs. 03: Por fim, na hipótese “c” não se declara que conhece o local e sim as condições e peculiaridades da contratação em sua plenitude. Por isso que, em contrapartida, a declaração deve ser firmada pelo responsável técnico, que poderá chegar a esse conhecimento com base nas disposições deste edital e anexos, somada à sua experiência profissional, que lhe permite emitir a declaração sem conhecer o local e sem incorrer em falsidade.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

CENTRAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 99020/2026

TIPO MENOR PREÇO

8.2.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

8.3. A verificação pelo(a) Pregoeiro(a), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.4. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.4.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF poderão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas contado da solicitação do agente de contratação, prorrogável por igual período, desde que solicitado de forma escrita e justificada pelo licitante.

8.4.1.1 O pedido de prorrogação deve ser enviado antes do fim do prazo de duas horas inicialmente concedido, e formalmente aceito pelo(a) Pregoeiro(a).

8.4.2. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.4.3. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.5 Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata os itens 9.1 e 8.4.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até duas horas, para:

8.5.1. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.5.2. A apresentação de cunho declaratório emitidos unilateralmente pelo licitante;

8.5.3. A aferição das condições de habilitação do licitante decorrentes de fatos ou condições preexistentes ao momento da abertura do certame.

8.6. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.7. Somente mediante autorização do(a) Pregoeiro(a) e em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação por e-mail pregaoeletronico.pmb@gmail.com. Posteriormente, o(a) Pregoeiro(a) poderá solicitar, caso surja alguma dúvida na análise da autenticidade, os documentos em original, por qualquer processo de cópia reprográfica, autenticada por tabelião de

CENTRAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 99020/2026

TIPO MENOR PREÇO

notas, ou por servidor da Administração, desde que conferidos com o original, ou publicação em órgão da imprensa oficial, para análise, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, após encerrado o prazo para o encaminhamento via funcionalidade do sistema (upload) ou e-mail.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.8. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.9. Na hipótese do licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação deverão ser traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660/2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.10. Se o licitante for agrupado consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.10.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.11. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.12. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.12.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.13. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

CENTRAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 99020/2026

TIPO MENOR PREÇO

8.14. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.15. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.16. Na análise dos documentos de habilitação, o agente de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.4.1.

8.18. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, com a reabertura da sessão pública.

8.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8.21. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da autoridade competente, caso não haja interposição de recurso.

8.22. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

CENTRAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 99020/2026

TIPO MENOR PREÇO

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.1.1. Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

10.3.1.2. A apreciação dar-se-á em fase única.

10.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de no mínimo 10 (dez) minutos;

10.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11. DO TERMO DE CONTRATO

10.1 Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato.

10.2 O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3 O prazo do item 10.2. poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.4 O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

CENTRAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 99020/2026

TIPO MENOR PREÇO

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo(a) Pregoeiro(a) durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.4. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.

12.1.5. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

12.1.6. Fraudar a licitação;

12.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.7.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.7.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.7.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.8. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.9. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. Advertência;

12.2.2. Multa;

CENTRAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 99020/2026

TIPO MENOR PREÇO

12.2.3. Impedimento de licitar e contratar e

12.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2. As peculiaridades do caso concreto

12.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes

12.3.4. Os danos que dela provierem para a administração pública

12.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1., 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4., 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2. e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3. que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

CENTRAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 99020/2026

TIPO MENOR PREÇO

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73/2022.

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame, ou seja, até dia 22/06/2026.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail pregaoeletronico.pmb@gmail.com ou por petição dirigida ou protocolada no endereço descrito no preâmbulo deste edital.

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

CENTRAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 99020/2026

TIPO MENOR PREÇO

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo(a) Pregoeiro(a), nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo (a) Pregoeiro (a).

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília-DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. O Município de Barcarena, por intermédio da autoridade competente, poderá revogar ou anular o certame, nas condições estabelecidas na legislação vigente, sem que disso decorra para os licitantes o direito a qualquer reembolso de despesas ou qualquer indenização.

14.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.8. Cada licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, sendo-lhe exigível, ainda, em qualquer época ou oportunidade, a apresentação de outros documentos ou informações complementares que o(a) Pregoeiro(a) porventura julgar necessário.

14.9. A apresentação de documentos com o prazo de validade expirado acarretará a inabilitação do proponente. E para os documentos cujo prazo de validade não venha expresso, será considerado o prazo como de até 90 (noventa) dias anteriores a da data prevista para início da sessão pública desta licitação, exceto para os documentos que tenham validade indeterminada.

14.10. A participação nesta licitação implica na aceitação integral e irretratável das normas deste Edital e anexos, bem como na observância dos preceitos legais e regulamentares que a regem.

14.11. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for

CENTRAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 99020/2026

TIPO MENOR PREÇO

explicitamente disposto em contrário. Iniciando-se e vencendo-se os prazos somente em dias de expediente normal da Administração.

14.12. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.13. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.14. As empresas licitantes deverão sempre considerar a legislação em vigor, e caso haja divergência entre a Lei, este Edital e seus anexos, a Lei prevalecerá.

14.15. Este Edital e os seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que mencione em um de seus documentos e se omita em outro, será considerado o específico e válido.

14.16. Quaisquer alterações do edital serão formalizadas por meio de **ADENDOS**, tornando-se parte integrante do processo licitatório, e serão divulgadas pelo mesmo instrumento de publicação utilizado para divulgação do texto original e o prazo inicialmente estabelecido será reaberto, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes.

14.17. O Edital e seus anexos estão disponibilizados, na íntegra, Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos endereços eletrônicos www.gov.br/compras (UASG980425); <https://www.portalcr2.com.br/licitacoes/licitacoes-barcarena> (Portal da transparência da Prefeitura Municipal de Barcarena) e <https://www.tcm.pa.gov.br/muralde-licitacoes/> (Mural de licitações do TCM/PA), e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço descrito no preâmbulo deste Edital, nos dias úteis de expediente na Prefeitura Municipal de Barcarena/PA, no horário das 08:00 às 17:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

15. DOS ANEXOS

15.1. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo de Referência;

ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;

ANEXO III – Modelo de Carta Proposta;

ANEXO IV – Atestado de Visita Técnica

16. DO FORO

16.1. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Comum, no Foro da cidade de

CENTRAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 99020/2026

TIPO MENOR PREÇO

Barcarena/PA, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea “d”, c/c § 2º da Constituição Federal.

Barcarena (PA), 9 de junho de 2026.

Caroline do Nascimento Leite
Agente de Contratação
Portaria nº 0595/2025 – SEMAT

CENTRAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 99020/2026

TIPO MENOR PREÇO

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA Nº 022/2026

- **ANEXO I -A- ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR 017/2026**
- **ANEXO I -B- MAPA DE RISCO**

OBS.: Disponível para acesso na Central de Licitações e Contratos - CPL, localizado no prédio da prefeitura, localizado na avenida Cronge da Silveira, nº 438 - Altos - PC. Conego B. Campos, Bairro Comercial, CEP: 68.445-000; bem como nos endereços eletrônicos: www.gov.br/compras (UASG980425); www.barcarena.pa.gov.br/portal/licitacao (portal da transparência da Prefeitura Municipal de Barcarena), www.tcm.pa.gov.br/portal-lic-publico (Mural de licitações do TCM/PA) e https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1 (Portal Nacional de Contratações Públicas -PNCP).

CENTRAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 99020/2026

TIPO MENOR PREÇO

ANEXO II – MINUTA DE CONTRATO

MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 99020/2026
(Processo Administrativo nº. 6799/2026)

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI
 CELEBRAM A SECRETARIA MUNICIPAL DE
 XXXX E A EMPRESA XXXX, NA QUALIDADE
 DE CONTRATANTE E CONTRATADA,
 RESPECTIVAMENTE, PARA O FIM EXPRESSO
 NAS CLÁUSULAS QUE O INTEGRAM.

O **município de Barcarena**, através da **Secretaria Municipal de XXXX**, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº XXXX, com sede na XXXX CEP: 67.445-000, Barcarena/PA, neste ato representado(a) pelo(a) seu(a) Secretário(a) Municipal, o(a) Sr.(a) XXXX, nomeado(a) pelo Decreto Municipal nº XXXX, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado, a empresa XXXX, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº. XXXX, com sede na Rua XXXX, nº. XXXX, Bairro XXXX, Barcarena/PA, CEP XXXX, neste ato representado(a) pelo(a) seu(a) representante legal, o(a) Sr.(a) XXXX, doravante denominada CONTRATADA, resolvem firmar este contrato nos termos do Pregão Eletrônico nº. 99020/2026, conforme as previsões da Lei nº 14.133/2021, que se regerá mediante as Cláusulas e condições que subseguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O contrato tem como objeto a **contratação de empresa especializada no fornecimento de Serviço Tecnológico de Inteligência de Dados, Monitoramento perimetral e Engenharia de Fluxos Proativos, operando sob o modelo de Software como Serviço (SaaS) com disponibilização de ativos de captura em regime de comodato**, conforme a planilha de itens abaixo, cujas especificações deverão ser rigorosamente atendidas para fins de execução da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1					
(...)					
VALOR TOTAL					R\$

CLÁUSULA SEGUNDA – VINCULAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Fazem parte integrante deste contrato todos os documentos e instruções que compõem o Processo Administrativo nº 6799/2026 e o Pregão Eletrônico nº. 99020/2026, completando-o para

CENTRAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 99020/2026

TIPO MENOR PREÇO

todos os fins de direito, independentemente de sua transcrição, obrigando-se as partes em todos os seus termos.

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, conforme disposto no art. 106 da Lei nº 14.133/2021.

3.2. A vigência poderá ser prorrogada por até 10 anos, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, mediante celebração de termo aditivo devidamente formalizado e publicado.

CLÁUSULA QUARTA – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

4.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as previsões da Lei nº 14.133/2021, cabendo às partes responder pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

4.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automática mente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

4.3. As comunicações entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

4.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

4.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o Contratante poderá convocar o representante da Contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

4.6. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

4.6.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato e pelos respectivos substitutos.

SECRETARIA MUNICIPAL DE XXXX

Nome do servidor responsável: _____

Cargo/função: Fiscal de Contratos

Portaria nº: 0XX/20XX - XXXX

CENTRAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 99020/2026

TIPO MENOR PREÇO

4.6.2. O fiscal técnico acompanhará a execução do contrato para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no referido instrumento, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração Municipal.

4.6.3. O fiscal anotará no histórico de acompanhamento todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das falhas ou imperfeições observadas.

4.6.4. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução contratual, determinando prazo para a correção.

4.6.5. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor contratual, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

4.6.6. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas determinadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

4.6.7. O fiscal técnico comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a proximidade do término da vigência contratual, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

4.6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da Contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

4.6.9. O fiscal administrativo do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor competente para fins de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

4.6.10. Compete ao fiscal setorial do contrato, assim como ao seu substituto, exercerem as atribuições previstas nos subitens 4.6.1 a 4.6.9, de acordo com o Decreto Municipal nº 0445/2024-GPMB.

4.7. DA GESTÃO DO CONTRATO

4.7.1. O gestor do contrato coordenará o processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da(s) finalidade(s) da contratação.

4.7.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

CENTRAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 99020/2026

TIPO MENOR PREÇO

4.7.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

4.7.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela CONTRATADA, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, assim como as eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

4.7.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

4.7.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre o alcance dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração Municipal.

CLÁUSULA QUINTA – REGIME DE EXECUÇÃO

5.1. Requisitos de Capacitação

5.1.1. A Contratada deverá realizar treinamento operacional e técnico destinado aos servidores, gestores, fiscais do contrato e demais usuários indicados pela Administração, contemplando todas as funcionalidades necessárias à adequada utilização, administração, monitoramento e fiscalização da solução tecnológica contratada.

5.1.1.1. O treinamento deverá possuir carga horária mínima de 24 (vinte e quatro) horas, a ser realizado de forma presencial, e, conforme definição da Administração, ter carga horária complementar remota ou híbrida.

5.1.1.2. A capacitação deverá abranger, no mínimo:

- 5.1.1.2.1. operação da plataforma SaaS;
- 5.1.1.2.2. utilização dos módulos administrativos e gerenciais;
- 5.1.1.2.3. gerenciamento de usuários e perfis de acesso;
- 5.1.1.2.4. operação dos dispositivos e equipamentos integrados;
- 5.1.1.2.5. utilização de dashboards, relatórios e painéis analíticos;
- 5.1.1.2.6. acompanhamento de eventos, alertas e registros operacionais;
- 5.1.1.2.7. gestão, auditoria de entrega, rastreabilidade e monitoramento de confirmação de leitura de notificações, mensagens, alertas e documentos digitais emitidos pela plataforma;

CENTRAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 99020/2026

TIPO MENOR PREÇO

5.1.1.2.8. procedimentos básicos de suporte operacional;

5.1.1.2.9. boas práticas de segurança da informação e proteção de dados pessoais.

5.1.1.3. A Contratada deverá disponibilizar materiais de apoio atualizados, incluindo manuais operacionais, vídeos tutoriais, base de conhecimento ou documentação técnica necessária ao adequado uso da solução pelos usuários da Administração Pública Municipal.

5.2. Requisitos Legais

5.2.1. O presente processo de contratação deverá observar as disposições da Constituição Federal, da Lei nº 14.133/2021, da Lei nº 13.709/2018 — Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), da Lei nº 12.965/2014 — Marco Civil da Internet, da Lei nº 8.069/1990 — Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), bem como demais normas aplicáveis à contratação de soluções de tecnologia da informação e comunicação, segurança da informação, proteção de dados pessoais, documentos eletrônicos, serviços em nuvem e governança digital na Administração Pública.

5.3. Requisitos de Manutenção

5.3.1. Em razão das características da solução tecnológica integrada prevista no Estudo Técnico Preliminar nº 017/2026, a Contratada deverá executar serviços de manutenção preventiva, corretiva, adaptativa e evolutiva, visando assegurar a continuidade operacional da solução, a disponibilidade da plataforma, a estabilidade das integrações sistêmicas, a segurança das informações e o adequado funcionamento dos equipamentos disponibilizados em regime de comodato.

5.3.1.1. A Contratada deverá disponibilizar suporte técnico contínuo, Para fins de aplicação dos níveis de serviço, o suporte técnico observará a natureza da ocorrência. O atendimento presencial será exigível para demandas que envolvam infraestrutura física, rede lógica local, cabeamento, energia, equipamentos instalados, ativos fornecidos em comodato, terminais, câmeras e demais componentes que dependam de verificação ou intervenção no local. O atendimento remoto será admitido para demandas relacionadas ao sistema SaaS, parametrizações, usuários, perfis de acesso, painéis, relatórios, integrações, APIs, webhooks, notificações, logs, atualizações, orientações operacionais e demais funcionalidades da plataforma. Quando a análise remota indicar necessidade de intervenção local, a Contratada deverá providenciar o atendimento presencial conforme os prazos e condições previstos no Termo de Referência.

5.4. Requisitos Temporais

5.4.1. Os serviços de implantação da solução deverão ser executados no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos para unidades localizadas na zona urbana e de 45 (quarenta e cinco) dias corridos para unidades localizadas nas localidades da zona rural, distritos, comunidades ribeirinhas e ramais do Município, contados do recebimento da Ordem de Serviço emitida pela Contratante,

CENTRAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 99020/2026

TIPO MENOR PREÇO

admitida prorrogação excepcional, por igual período, desde que devidamente justificada pela Contratada e previamente autorizada pela Administração.

5.4.2. Os prazos previstos no Termo de Referência serão contados em dias corridos, salvo disposição expressa em contrário, excluindo-se o dia do início e incluindo-se o dia do vencimento.

5.4.3. Todos os prazos citados, quando não expresso de forma contrária, serão considerados em dias corridos. Ressaltando que serão contados os dias a partir da hora em que ocorrer o incidente até a mesma hora do último dia, conforme os prazos.

5.4.4. Na execução dos serviços, deverão ser observados os seguintes níveis mínimos de serviço (SLA):

Atividade, Tarefa ou Serviço	Prazo máximo de início de atendimento	Prazo máximo de solução
Indisponibilidade total da plataforma ou interrupção de funcionalidades críticas	1 (uma) hora	3 (três) horas
Falhas nos módulos de reconhecimento facial, controle de acesso ou registro operacional	2 (duas) horas	24 (vinte e quatro) horas
Problemas de integração sistêmica, mensageria ou sincronização de dados	4 (quatro) horas	24 (vinte e quatro) horas
Falhas em equipamentos fornecidos em comodato	4 (quatro) horas	48 (quarenta e oito) horas
Incidentes de baixa criticidade, dúvidas operacionais ou ajustes não críticos	8 (oito) horas	72 (setenta e duas) horas

5.4.4.1. O início do atendimento poderá ocorrer de forma remota, desde que compatível com a natureza da ocorrência e sem prejuízo da solução definitiva do incidente dentro dos prazos estabelecidos.

5.4.4.2. A Contratada deverá disponibilizar canais formais de atendimento técnico, com registro, acompanhamento e rastreabilidade dos chamados, garantindo suporte remoto contínuo e atendimento presencial sempre que a natureza da ocorrência exigir intervenção local.

5.4.4.3. O suporte técnico para esclarecimento de dúvidas operacionais, parametrizações e incidentes de baixa criticidade (Item 5 da tabela de SLA) deverá ser prestado, no mínimo, em dias úteis, de segunda-feira a sexta-feira, no horário das 07h30min às 18h00min.

5.4.4.4. Em razão da natureza ininterrupta dos serviços municipais abrangidos — incluindo a operação dos Terminais Rodoviários e o monitoramento nominal de assiduidade e rondas dos Vigias e Plantonistas Noturnos —, a Contratada deverá manter obrigatoriamente Regime de Plantão/Sobreaviso 24x7x365 (vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana, incluindo feriados e finais de semana) para chamados de alta criticidade (Itens 1, 2, 3 e 4 da tabela de SLA).

CENTRAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 99020/2026

TIPO MENOR PREÇO

5.4.4.5. O regime de plantão contínuo deverá garantir o cumprimento integral dos prazos de início de atendimento e solução definitiva estabelecidos na tabela de Nível de Serviço (SLA) para falhas na plataforma, indisponibilidade de comunicação com os terminais faciais das portarias/rodoviárias, falhas nos registros de entrada/saída de vigias ou interrupções no barramento de mensageria de alertas.

5.5. Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade

5.5.1. A solução deverá observar os princípios, diretrizes e procedimentos de segurança da informação adotados pela Administração Pública Municipal, observando as disposições da Lei nº 13.709/2018 — Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), da Lei nº 12.965/2014 — Marco Civil da Internet, do Estatuto da Criança e do Adolescente — ECA, bem como demais normas aplicáveis à proteção de dados pessoais, privacidade, segurança cibernética e tratamento de dados sensíveis.

5.5.2. Considerando que a solução realizará tratamento de dados biométricos, imagens e informações sensíveis de servidores, usuários da rede pública municipal e, especialmente, de crianças e adolescentes vinculados à rede municipal de ensino, a Contratada deverá adotar padrão elevado de segurança, confidencialidade, rastreabilidade e proteção de dados, compatível com a criticidade das informações tratadas e com o dever de proteção integral previsto na legislação brasileira.

5.5.3. A solução deverá operar em infraestrutura de nuvem profissional, segura, escalável, redundante e compatível com padrões reconhecidos de segurança da informação, garantindo disponibilidade, integridade, rastreabilidade, continuidade operacional e proteção dos dados tratados durante toda a execução contratual.

5.5.4. A infraestrutura de hospedagem deverá possuir datacenter localizado em território nacional ou, alternativamente, em ambiente internacional que assegure plena conformidade com a legislação brasileira de proteção de dados pessoais e garanta à Administração acesso, controle, rastreabilidade e governança sobre as informações tratadas.

5.5.5. Os dados, imagens, registros biométricos, documentos eletrônicos, logs e demais informações administradas pela solução deverão permanecer armazenados em ambiente seguro, observando, no mínimo:

- 5.5.5.1. criptografia dos dados em trânsito e em repouso;
- 5.5.5.2. controle de acesso por perfis e níveis de permissão;
- 5.5.5.3. autenticação segura de usuários administrativos;
- 5.5.5.4. trilhas de auditoria e logs, rastreamento e confirmação de leitura de mensagens, alertas e documentos digitais;

CENTRAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 99020/2026

TIPO MENOR PREÇO

5.5.5.5. isolamento de infraestrutura em nuvem pública de alta resiliência, estruturada em modelo de datacenter escalável e redundante com certificações globais de conformidade regulatória (padrão Google Cloud ou equivalente);

5.5.5.6. segregação lógica dos dados da Administração;

5.5.5.7. mecanismos de backup automático e recuperação de desastres;

5.5.5.8. redundância operacional e alta disponibilidade;

5.5.5.9. monitoramento contínuo de eventos de segurança;

5.5.5.10. atualização periódica de componentes e correção de vulnerabilidades;

5.5.5.11. mecanismos de proteção contra acessos indevidos, vazamentos, ataques cibernéticos e exploração de vulnerabilidades.

5.5.5.12. mecanismos de rastreabilidade e auditoria das operações administrativas realizadas na plataforma;

5.5.5.13. segurança de comunicação de borda, garantindo que o tráfego entre a plataforma em nuvem e os ativos de captura na borda ocorra obrigatoriamente através de protocolos seguros de transporte criptografado (HTTPS/TLS), assegurando a integridade e o processamento dos eventos em tempo real;

5.5.5.14. proteção dos dispositivos de borda, terminais biométricos, câmeras inteligentes e demais componentes conectados à solução contra acessos indevidos, adulterações, comprometimento lógico e exploração de vulnerabilidades;

5.5.5.15. segregação entre ambientes administrativos, operacionais, testes e banco de dados, quando aplicável;

5.5.5.16. execução periódica de atualizações de segurança, correções críticas e medidas de mitigação de vulnerabilidades identificadas na solução;

5.5.5.17. mecanismos de preservação, integridade e retenção dos logs e trilhas de auditoria pelo período mínimo definido pela Administração.

5.5.6. Em razão do tratamento de imagens e dados biométricos de crianças e adolescentes, a Contratada deverá adotar medidas reforçadas de proteção, sigilo e restrição de acesso, vedada qualquer utilização das informações para finalidades distintas da execução contratual.

5.5.7. A Contratada será responsável pela adoção das medidas técnicas, administrativas e operacionais necessárias à proteção dos dados e informações tratados no âmbito da solução contratada, especialmente quanto à infraestrutura tecnológica, armazenamento, processamento, segurança da plataforma e mecanismos de proteção cibernética sob sua responsabilidade.

CENTRAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 99020/2026

TIPO MENOR PREÇO

5.5.8. A Administração Pública Municipal permanecerá responsável pela gestão dos acessos institucionais, definição dos perfis de usuários internos, utilização adequada das credenciais disponibilizadas e observância dos procedimentos operacionais adotados pelos agentes públicos autorizados.

5.5.9. Na ocorrência de incidentes de segurança envolvendo dados pessoais, dados biométricos ou imagens tratadas pela solução, as partes deverão atuar de forma cooperativa para identificação da origem do incidente, adoção das medidas de contenção, mitigação dos impactos e preservação das evidências técnicas necessárias à apuração dos fatos.

5.5.10. A Contratada deverá realizar monitoramento contínuo de vulnerabilidades e adotar medidas preventivas e corretivas necessárias à preservação da segurança da solução, incluindo atualização de componentes, hardening de serviços, correção de falhas críticas e mitigação de riscos cibernéticos identificados durante a execução contratual.

5.5.11. Qualquer incidente de segurança envolvendo dados pessoais, especialmente dados biométricos ou imagens de crianças e adolescentes, deverá ser comunicado formalmente à Administração no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após sua ciência, acompanhado de relatório preliminar contendo descrição do incidente, dados potencialmente comprometidos, impactos identificados, medidas emergenciais adotadas, plano de mitigação e ações corretivas implementadas.

5.6. Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

5.6.1. Os serviços deverão observar diretrizes de responsabilidade social, sustentabilidade, acessibilidade, inclusão digital, uso racional de recursos tecnológicos e respeito à proteção integral de crianças e adolescentes, considerando a natureza sensível das atividades executadas nas unidades administrativas, escolares, de saúde e socioassistenciais do Município

5.6.2. Nesse contexto, deverão ser priorizadas medidas que promovam a redução de desperdícios e racionalização do consumo de energia e insumos tecnológicos, utilização de equipamentos com maior eficiência energética e vida útil compatível com a continuidade operacional da solução, descarte ambientalmente adequado de componentes eletrônicos eventualmente substituídos durante a execução contratual, promoção de ambiente tecnológico seguro, acessível e compatível com as necessidades dos usuários da Administração Pública, respeito à privacidade, dignidade e proteção dos dados pessoais tratados pela solução, bem como observância das diretrizes legais de proteção integral de crianças e adolescentes no tratamento de imagens e dados biométricos.

5.7. Requisitos da Arquitetura Tecnológica

5.7.1. A solução deverá ser disponibilizada em arquitetura tecnológica integrada, centralizada, interoperável, escalável e orientada à operação contínua, permitindo o gerenciamento unificado das

CENTRAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 99020/2026

TIPO MENOR PREÇO

informações, usuários, eventos, registros operacionais e funcionalidades utilizadas pelas Secretarias Municipais e unidades administrativas abrangidas pela contratação.

5.7.2. A arquitetura da solução deverá operar sob modelo Software como Serviço (SaaS), em ambiente de nuvem, com gerenciamento centralizado da plataforma, permitindo acesso seguro, simultâneo e integrado entre múltiplas unidades, perfis de usuários e ambientes operacionais, sem necessidade de implantação de estruturas independentes ou fragmentadas por Secretaria.

5.7.3. A solução deverá possuir arquitetura compatível com operação distribuída, processamento em tempo real e sincronização híbrida de dados, suportando integração entre:

5.7.3.1. terminais de reconhecimento facial;

5.7.3.2. câmeras inteligentes;

5.7.3.3. barramento de mensageria assíncrona, orquestração de eventos e módulos de mensageria automatizada, com capacidade nativa de rastreamento, checagem e confirmação de entrega e leitura de mensagens e documentos digitais emitidos;

5.7.3.4. infraestrutura de conectividade;

5.7.3.5. plataformas analíticas;

5.7.3.6. sistemas corporativos da Administração Pública Municipal.

5.7.4. A comunicação entre os componentes da solução deverá ocorrer de forma segura, utilizando obrigatoriamente protocolos de transporte criptografados (HTTPS/TLS), de modo rastreável e nativamente compatível com arquiteturas de APIs RESTful, assegurando interoperabilidade, integração sistêmica e troca estruturada de dados e padronizações de mercado (como JSON) entre os ambientes tecnológicos envolvidos.

5.7.5. A plataforma deverá possuir mecanismos de interoperabilidade e integração sistêmica por meio de APIs REST documentadas no padrão OpenAPI, permitindo integração segura com sistemas institucionais da Administração, bases de dados corporativas, plataformas de gestão pública e demais soluções tecnológicas utilizadas pelo Município.

5.7.6. A arquitetura tecnológica deverá permitir expansão futura da solução, suportando crescimento do número de usuários, unidades atendidas, dispositivos integrados, volume de dados processados, eventos monitorados e funcionalidades contratadas, sem comprometimento da estabilidade, desempenho ou disponibilidade operacional da plataforma.

5.7.7. Os equipamentos e dispositivos fornecidos em regime de comodato deverão possuir capacidade de operação em contingência, contemplando armazenamento temporário local de registros e perfis de validação (cache local na borda), realizando a posterior transmissão automatizada dos dados para a plataforma central assim que restabelecida a conectividade,

CENTRAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 99020/2026

TIPO MENOR PREÇO

garantindo a continuidade da identificação biométrica na ponta mesmo em situações de indisponibilidade temporária de internet.

5.7.8. Os equipamentos e dispositivos fornecidos em regime de comodato deverão operar de forma compatível e integrada com a solução para fins de ingestão de dados e eventos, observando requisitos de interoperabilidade, sincronização, segurança e rastreabilidade. Deverão ser disponibilizados, ainda, os meios necessários para o gerenciamento remoto e telemetria dos ativos fornecidos.

5.7.9. A solução deverá disponibilizar arquitetura compatível com acesso web, operação remota e gerenciamento centralizado, permitindo utilização por navegadores modernos, estações de trabalho administrativas e dispositivos móveis compatíveis, suportando arquitetura de Aplicações Web Progressivas (PWA) para notificações e interações de usuários, em conformidade com os ambientes tecnológicos utilizados pela Administração Pública Municipal.

5.7.10. A infraestrutura tecnológica deverá possuir mecanismos de redundância, balanceamento, monitoramento e continuidade operacional compatíveis com a criticidade dos serviços executados, garantindo estabilidade da plataforma, integridade das informações e disponibilidade contínua das funcionalidades críticas da solução.

5.7.11. A adoção de componentes, tecnologias ou arquiteturas distintas daquelas originalmente propostas pela Contratada e homologadas pela Administração dependerá de prévia anuência técnica da Contratante, desde que mantidos os requisitos mínimos de desempenho, interoperabilidade, segurança, compatibilidade e continuidade operacional estabelecidos no Termo de Referência.

5.8. Requisitos de Projeto e de Implementação

5.8.1. Os serviços deverão observar integralmente os requisitos de projeto, planejamento, parametrização, configuração, integração, validação e implementação da solução tecnológica integrada, garantindo compatibilidade com a infraestrutura tecnológica da Administração Pública Municipal, interoperabilidade entre os componentes da solução e continuidade operacional dos serviços.

5.8.2. A implementação deverá contemplar todos os componentes necessários ao pleno funcionamento da solução, incluindo plataforma SaaS, infraestrutura associada, equipamentos em comodato, conectividade para os casos previstos no Termo de Referência, integrações sistêmicas, dispositivos inteligentes, módulos operacionais e demais funcionalidades previstas na contratação.

5.8.3. A Contratada deverá apresentar, antes do início da execução contratual, Plano de Implementação contendo cronograma executivo, metodologia de execução, estratégia de implantação e integração da solução, procedimentos de configuração e testes operacionais e plano de contingência.

5.9. Requisitos de Implantação

CENTRAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 99020/2026

TIPO MENOR PREÇO

5.9.1. Todos os equipamentos, dispositivos, componentes, acessórios e materiais utilizados na implantação deverão ser novos, compatíveis com os requisitos técnicos da solução, adequados às condições operacionais das unidades atendidas e compatíveis com os padrões de segurança, desempenho, interoperabilidade e continuidade operacional exigidos pela Administração.

5.9.2. Os serviços deverão observar integralmente os requisitos de implantação, instalação e fornecimento descritos a seguir:

- 5.9.2.1. instalação física dos equipamentos e dispositivos;
- 5.9.2.2. montagem e organização da infraestrutura tecnológica associada;
- 5.9.2.3. configuração lógica e operacional dos componentes da solução;
- 5.9.2.4. ativação dos dispositivos;
- 5.9.2.5. integração entre módulos, equipamentos e sistemas;
- 5.9.2.6. testes de conectividade, comunicação, desempenho e operação;
- 5.9.2.7. validação técnica junto à equipe da Contratante;
- 5.9.2.8. operação assistida durante o período inicial de estabilização.

5.10. Condições de execução:

5.10.1. A empresa vencedora do certame deverá assinar o contrato no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da convocação pela Administração Municipal, admitida prorrogação por igual período, mediante justificativa aceita pela Contratante.

5.10.2. A execução do objeto ocorrerá de forma integrada, continuada, gradual e supervisionada, compreendendo atividades de fornecimento, implantação, instalação física, configuração lógica, integração sistêmica, ativação operacional, suporte técnico, monitoramento, manutenção e sustentação contínua da solução tecnológica contratada, observados os requisitos técnicos, operacionais e de segurança previstos no Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar nº 017/2026.

5.10.3. O início da execução contratual ocorrerá em até 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento da Ordem de Serviço emitida pela Contratante.

5.10.4. A execução dos serviços deverá observar cronograma físico-operacional previamente aprovado pela Administração, contendo as etapas de implantação, instalação, integração, ativação, testes, treinamento, estabilização operacional e entrada em produção da solução.

5.10.5. A implantação poderá ocorrer de forma escalonada, por unidades administrativas, regiões operacionais, Secretarias ou grupos de atendimento definidos pela Administração Pública

CENTRAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 99020/2026

TIPO MENOR PREÇO

Municipal, observadas as prioridades institucionais e a estratégia operacional definida pela Contratante.

5.10.6. A Contratada será responsável pela plena compatibilidade operacional entre os componentes da solução, garantindo interoperabilidade, sincronização, rastreabilidade e funcionamento integrado entre plataforma, dispositivos, conectividade, módulos operacionais e sistemas institucionais envolvidos.

5.10.7. A entrada definitiva em operação das unidades implantadas ficará condicionada à conclusão dos testes operacionais, validação técnica da solução e aceite formal da Contratante quanto ao adequado funcionamento dos componentes implantados.

5.10.8. Durante toda a execução contratual, a Contratada será responsável pela sustentação operacional da solução, incluindo monitoramento da plataforma, acompanhamento dos dispositivos integrados, atualização tecnológica, manutenção preventiva e corretiva, suporte técnico e preservação dos níveis mínimos de desempenho e disponibilidade estabelecidos no Termo de Referência.

5.11. Ingestão e Migração de Dados Cadastrais:

5.11.1. A contratada assumirá total responsabilidade técnica pela higienização, tratamento, conversão e carga (migração de dados) de todo o histórico cadastral de usuários fornecido pela prefeitura.

5.11.2. Esse processo compreende a importação massiva das bases de matrícula estudantil fornecidas pela SEMED e bases de RH/folha de pagamento de servidores das pastas da SEMAT, SEMAS e SEMUSB, trazendo consistência às informações integradas sem a ocorrência de duplicidades, registros órfãos ou perdas de integridade relacional de dados.

5.12. Suporte Técnico Especializado e Níveis de Serviço (SLA):

5.12.1. O suporte técnico deverá operar em regime continuado, permitindo a abertura de chamados técnicos para incidentes e falhas operacionais em uma janela mínima de segunda a sexta-feira, das 07h30min às 18h00min, disponibilizando canais telefônicos e plataforma de chamados web dedicados.

5.12.2. O início da contagem do tempo de suporte se dá a partir do registro formal do chamado na plataforma e os prazos máximos para a resolução definitiva de problemas (SLA) serão categorizados pelo nível de severidade técnica da ocorrência:

5.12.3. Severidade Crítica (Sistema Inoperante / Plataforma SaaS Offline): Resolução e restabelecimento total em até 03 (três) horas;

5.12.4. Severidade Alta (Falha parcial restringindo funções de ponto de RH ou disparos de notificações): Resolução técnica em até 24 (vinte e quatro) horas;

CENTRAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 99020/2026

TIPO MENOR PREÇO

5.12.5. Severidade Média (Problema localizado prejudicando relatórios ou cadastros secundários): Resolução técnica em até 72 (setenta e duas) horas;

5.12.6. Severidade Baixa (Dúvidas de operação ou ajustes cosméticos na interface web que não afetam a dinâmica do serviço público): Atendimento e saneamento em até 10 (dez) horas.

5.13. Manutenções Corretivas, Preventivas e Substituição de Hardware:

5.13.1. Serão realizadas vistorias e manutenções preventivas mensais in loco em todos os terminais fixos prediais, terminais faciais instalados em veículos e câmeras em regime de comodato para calibração de sensores de luminosidade, limpeza de lentes ópticas, testes de baterias de nobreaks e atualizações de segurança de firmware.

5.13.2. Constatado qualquer defeito de hardware ou vício de fabricação em equipamentos de biometria ou monitoramento, a contratada deverá realizar a substituição imediata do ativo por modelo equivalente ou de performance superior, sem qualquer repasse de custos à administração.

5.13.3. Cláusula de Exclusão de Cobertura de Comodato: Não se aplicará a casos tecnicamente comprovados de vandalismo explícito, quebras dolosas por imperícia severa de operação, roubo ou furto qualificado sem negligência de infraestrutura da prefeitura, oxidação provocada por exposição inadequada a agentes externos fora do padrão de instalação, ou sobrecargas elétricas externas na rede da concessionária sem passagem pelo nobreak gerenciável fornecido.

5.14. Normas para o Serviço de Conectividade Gerenciada (Frota SEMED):

5.14.1. A contratada será a única e integral responsável por fornecer o serviço de conectividade gerenciada para 100 (cem) terminais faciais, assegurando a disponibilização de links de dados móveis estáveis, operando sob regime mensal fixo e sem cobrança por tráfego excedente.

5.14.2. A contratada responderá integralmente pela qualidade técnica da infraestrutura de transmissão ponta a ponta, sendo responsável pela sustentabilidade do tráfego desde a captura biométrica na borda da frota escolar até a recepção estruturada das informações na Sala de Situação central da Educação.

5.14.3. O gerenciamento de dados móveis fornecido deverá prover mecanismos automáticos de envio que impeçam o represamento prolongado de informações operacionais, atualizando os metadados estudantis nos servidores municipais sempre que o transporte escolar estiver em área com cobertura de dados disponível.

5.15. Local e horário da prestação dos serviços

5.15.1. Os serviços serão prestados nas unidades administrativas, educacionais, de saúde, assistenciais e demais instalações vinculadas às Secretarias Municipais demandantes do Município de Barcarena/PA, incluindo zona urbana, zona rural, ilhas e demais localidades abrangidas pela

CENTRAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 99020/2026

TIPO MENOR PREÇO

execução contratual, conforme cronograma de implantação e definição da Administração Pública Municipal.

5.15.2. Os serviços poderão ser executados de forma presencial, remota ou híbrida, conforme a natureza da atividade, observando os horários de funcionamento das unidades atendidas e as necessidades operacionais da Administração.

5.15.3. Os serviços presenciais de instalação, manutenção, suporte técnico, treinamento e demais intervenções operacionais deverão ser executados em horários previamente alinhados com a Administração, observando o funcionamento das unidades atendidas e buscando minimizar impactos às atividades institucionais e ao atendimento ao público.

5.15.4. As atividades de monitoramento, sustentação da plataforma, sincronização de dados, processamento operacional, comunicação automatizada e suporte remoto poderão ocorrer de forma contínua, conforme a necessidade operacional da solução e os níveis mínimos de serviço estabelecidos no Termo de Referência.

5.16. Formas de transferência de conhecimento

5.16.1. A Contratada deverá realizar transferência de conhecimento técnico e operacional à equipe designada pela Administração, contemplando procedimentos necessários à utilização, administração, acompanhamento, fiscalização e operação da solução contratada.

5.16.2. A transferência de conhecimento deverá ocorrer durante as etapas de implantação, treinamento, operação assistida e sempre que houver atualização relevante da solução.

5.16.3. A Contratada deverá disponibilizar documentação técnica, manuais operacionais, fluxos de utilização, orientações de suporte e demais materiais necessários à adequada utilização da solução pela Administração Pública Municipal.

5.16.4. A transferência de conhecimento não implicará cessão de propriedade intelectual da solução, restringindo-se às informações necessárias à adequada operação e fiscalização contratual.

5.17. Quantidade mínima de serviços para comparação e controle

5.17.1. Cada OS conterá o volume de serviços demandados, incluindo a sua localização e o prazo.

5.18. Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

5.18.1. O Contratado deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

CENTRAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 99020/2026

TIPO MENOR PREÇO

5.18.2. O Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal do Contratado, e Termo de Ciência, a ser assinado por todos os empregados do Contratado diretamente envolvidos na contratação, encontram-se nos ANEXOS II e III do Termo de Referência nº 022/2026.

5.19. Subcontratação

5.19.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 35% (trinta e cinco por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

5.19.2. É vedada a subcontratação completa ou das parcelas principais da obrigação, abaixo discriminada:

5.19.2.1. gestão, administração, sustentação e operação da plataforma SaaS;

5.19.2.2. gerenciamento da solução integrada, administração dos ambientes operacionais, controle dos usuários e gestão centralizada da plataforma; e

5.19.2.3. a governança e gestão das regras de integração sistêmica, tratamento de dados, sincronização operacional, gerenciamento de segurança da informação e operação dos módulos principais da solução.

5.19.2.4. os critérios de validação de regras de negócio, a compilação e emissão estruturada de relatórios de auditoria, e a disponibilização de painéis centralizados de monitoramento de tráfego, rastreabilidade e histórico de leitura de notificações, alertas e documentos, que deverão ser gerenciados e exibidos através da interface SaaS da Contratada.

5.19.3. Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto:

5.19.3.1. serviços de infraestrutura em nuvem, hospedagem, conectividade, links de comunicação de dados, licenciamento e uso de plataformas de automação, motores de mensageria, barramentos de microsserviços e ferramentas de integração como serviço (iPaaS), e demais serviços tecnológicos acessórios necessários ao processamento, gerenciamento de filas de execução, roteamento, políticas de reenvio (retry) e funcionamento lógico dos fluxos de dados secundários;

5.19.3.2. provedores de tráfego, gateways de envio e processamento de dados de transmissão (brokers de SMS, operadoras e APIs oficiais de Aplicativos de Mensagens), limitando-se à contratação dos canais de transmissão, roteamento, processamento de callbacks e feedback de status de entrega físicos e lógicos das mensagens;

5.19.3.3. serviços auxiliares de instalação física, cabeamento estruturado, infraestrutura elétrica, montagem, logística operacional e suporte de campo;

CENTRAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 99020/2026

TIPO MENOR PREÇO

5.19.4. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

5.19.5. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

5.19.6. O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

5.19.7. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA SEXTA – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

6.1. Avaliação da execução do objeto:

6.1.1. O objeto deverá ser executado com boa técnica e por profissionais devidamente capacitados/habilitados, conforme as características constantes na especificação/descrição do Termo de Referência e demais anexos.

6.2. Recebimento:

6.2.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

6.2.2. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

6.2.3. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

6.2.4. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

6.2.5. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

CENTRAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 99020/2026

TIPO MENOR PREÇO

6.2.6. Ao final de cada período/evento de faturamento:

6.2.6.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

6.2.7. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

6.2.8. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

6.2.9. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

6.2.10. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

6.2.11. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.2.12. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

6.2.13. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até 20 (vinte) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

6.2.13.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

6.2.13.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa,

CENTRAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 99020/2026

TIPO MENOR PREÇO

indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

6.2.13.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

6.2.13.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

6.2.13.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de responsável para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

6.2.14. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

6.2.15. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

6.2.16. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1. O valor total do contrato corresponde a R\$ (.....).

7.2. No valor contratado já estão incluídos todos os custos e despesas, dentre eles, impostos, taxas, encargos sociais, custos de frete e seguros, necessários à perfeita conclusão do objeto contratado que porventura venham a incidir direta ou indiretamente sobre a contratação.

7.3. Pagamento por entrega e implantação

7.3.1. Os serviços de implantação, instalação, integração, infraestrutura, treinamento, capacitação e demais entregas de natureza não continuada serão pagos em parcela única, após sua completa execução e recebimento definitivo pela Administração

7.3.2. Infraestrutura e Serviços de Instalação (Predial e Veicular): A medição será realizada de maneira proporcional à conclusão das unidades.

7.3.3. Treinamento e Capacitação: parcela única por lote de treinamento concluído, sendo vedada a antecipação de valores antes da efetiva realização do curso

7.3.4. O pagamento ficará condicionado à apresentação da documentação comprobatória da execução dos serviços e à emissão do Termo de Recebimento Definitivo ou documento equivalente emitido pelo fiscal do contrato.

CENTRAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 99020/2026

TIPO MENOR PREÇO

7.3.5. Não será admitido pagamento antecipado de etapas não concluídas ou de serviços executados parcialmente.

7.4. Pagamento dos serviços continuados

7.4.1. Os serviços de licenciamento de software (SaaS), suporte técnico com manutenção on-site e conectividade gerenciada e demais serviços de natureza continuada serão remunerados mensalmente, após a entrada do sistema em produção.

7.4.2. O pagamento será devido somente após a efetiva prestação dos serviços no período de referência e mediante ateste do fiscal do contrato.

7.4.3. A fiscalização verificará o cumprimento dos níveis mínimos de serviço, disponibilidade da solução, indicadores de desempenho e demais requisitos previstos no Termo de Referência, podendo promover glosas ou retenções proporcionais quando constatado descumprimento contratual.

7.5. Liquidação:

7.5.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.5.1.1. o prazo de validade;

7.5.1.2. a data da emissão;

7.5.1.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.5.1.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.5.1.5. o valor a pagar; e

7.5.1.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.5.2. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

7.5.3. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.5.4. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.5.4.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

CENTRAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 99020/2026

TIPO MENOR PREÇO

7.5.4.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.5.5. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.5.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.5.7. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.5.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.6. Prazo de pagamento:

7.6.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias corridos contados do recebimento da nota fiscal, nos termos do art. 36 do Decreto municipal nº 0445/2024.

7.6.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) de correção monetária.

7.7. Forma de pagamento:

7.7.1. Os pagamentos serão efetivados mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal de Serviços correspondente, devidamente atestado o recebimento pelo responsável.

7.7.2. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.7.3. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.7.4. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e

CENTRAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 99020/2026

TIPO MENOR PREÇO

contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar

7.8. Antecipação de pagamento:

7.8.1. Não será aceita a antecipação de pagamento.

CLÁUSULA OITAVA – CRITÉRIOS DE REAJUSTAMENTO E REVISÃO

8.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 06/05/2026.

8.1.1. Em caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira do contrato, serão adotados os critérios de REVISÃO e REAJUSTE, conforme o caso, como forma de restabelecer as condições originalmente pactuadas.

8.1.2. As modificações de valor do contrato serão instruídas por meio de termo aditivo ou termo de apostilamento, conforme o caso.

8.4. Da Revisão:

8.4.1. A REVISÃO poderá ocorrer a qualquer tempo da vigência contratual, desde que a parte interessada comprove a ocorrência de fato imprevisível ou previsível e de consequências incalculáveis, superveniente à formalização da proposta, que importe, diretamente, em majoração ou minoração de seus encargos.

8.4.2. Em caso de revisão, a alteração do preço contratado deverá ocorrer de forma proporcional à modificação dos encargos, comprovada minuciosamente por meio de memória de cálculo a ser apresentada pela parte interessada;

8.4.3. Dentre os fatos ensejadores da revisão, não se incluem aqueles eventos dotados de previsibilidade, cujo caráter possibilite à parte interessada a sua aferição ao tempo da formulação/aceitação da proposta, bem como aqueles decorrentes exclusivamente da variação inflacionária, uma vez que inseridos, estes últimos, na hipótese de reajustamento;

8.4.4. Não será concedida a revisão quando:

8.4.4.1. Ausente a elevação de encargos alegada pela parte interessada;

8.4.4.2. O evento imputado como causa de desequilíbrio houver ocorrido antes da formulação da proposta definitiva ou após a finalização da vigência do contrato;

8.4.4.3. Ausente o nexo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos atribuídos à parte interessada;

CENTRAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 99020/2026

TIPO MENOR PREÇO

8.4.4.4. A parte interessada houver incorrido em culpa pela majoração de seus próprios encargos, incluindo-se, nesse âmbito, a previsibilidade da ocorrência do evento;

8.4.4.5. Houver alteração do regime jurídico-tributário da CONTRATADA, ressalvada a hipótese de superveniente determinação legal.

8.4.5. A criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta definitiva e desde que acarretem comprovada repercussão no equilíbrio econômico-financeiro deste contrato, implicarão a revisão de preços para mais ou para menos, adotando-se a alíquota prevista na lei respectiva.

8.5. Do Reajuste:

8.5.1. O reajuste será adotado como forma de compensação dos efeitos das variações inflacionárias.

8.5.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.5.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.5.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.5.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.5.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.5.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.5.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8.6. As REVISÕES e os REAJUSTES deverão ser expressamente requeridos antes do fim da vigência contratual ou da prorrogação do prazo de vigência contratual, sob pena de preclusão.

8.7. No caso de prorrogação da vigência contratual, sem expressa ressalva no respectivo Termo Aditivo do direito da CONTRATADA ao recebimento da importância devida à título de revisão ou

CENTRAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 99020/2026

TIPO MENOR PREÇO

reajuste, em qualquer de suas hipóteses, relativa à período anterior à sua assinatura, caracterizará renúncia irretratável a esse direito.

8.8. Para assegurar a economicidade e vantajosidade da contratação, no caso de prorrogação do prazo de vigência contratual, os valores poderão ser negociados entre as partes.

8.9. O CONTRATANTE deverá responder à solicitação de revisão e reajuste do valor contratado em até 1 (um) mês, contado da data do fornecimento da documentação integral relativa ao reequilíbrio econômico-financeiro.

9. CLÁUSULA NONA – ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

9.1 Eventuais alterações contratuais serão regidas pela disciplina do art. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

9.2 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

9.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da assessoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês, na forma do art. 132 da Lei nº 14.133/2021.

9.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão através de recurso próprio, estadual e federal conforme dotação abaixo.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação orçamentária:

XXXX

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

11.1. São obrigações gerais do CONTRATANTE:

11.1.1. Exercer o acompanhamento e a fiscalização das entregas, por servidor especialmente designado, (Fiscal Público), anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11.1.2. Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da entrega, fixando prazo máximo para a sua correção.

CENTRAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 99020/2026

TIPO MENOR PREÇO

11.1.3. Receber o(s) produto(s) e/ou serviço(s) e dar a aceitação no caso de o(s) mesmo(s) atender(em) as especificações do edital.

11.1.4. Pagar a fatura do Contratado no prazo e condições estabelecidas no edital e cláusula contratual.

11.1.5. Para a entrega do(s) produto(s) e/ou serviço(s), será formalizado autorização de compra ou ordem de serviço, estabelecendo em suas cláusulas todas as condições, obrigações e responsabilidades entre as partes, em conformidade com o Termo de Referência e anexos, da Proposta de Preços.

11.1.6. Fiscalizar o bom andamento da entrega pela contratada, notificando, imediatamente e por escrito, quaisquer problemas ou irregularidades encontradas.

11.2. São obrigações específicas do CONTRATANTE para este objeto:

11.2.1. Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;

11.2.2. Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;

11.2.3. Receber o objeto fornecido pelo contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

11.2.4. Aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;

11.2.5. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;

11.2.6. Comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;

11.2.7. Garantir à Contratada o acesso físico e lógico às dependências das Secretarias, Terminais Rodoviários e unidades administrativas abrangidas, sempre que necessário para a execução dos serviços de implantação, manutenção presencial ou substituição de ativos em comodato;

11.2.8. Definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. São obrigações gerais da CONTRATADA:

12.1.1. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato, no ato de assinatura do contrato, informando os dados de contato do mesmo.

CENTRAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 99020/2026

TIPO MENOR PREÇO

12.1.2. Executar os serviços ou fornecer os produtos nas condições estabelecidas no Edital e seus anexos e contrato assinado.

12.1.3. Fornecer à Secretaria Municipal, informações e quaisquer esclarecimentos necessários, durante toda a vigência contratual.

12.1.4. Aceitar a fiscalização da Secretaria demandante.

12.1.5. A Contratada deverá arcar com todos os ônus necessários à completa execução dos serviços, incluindo o pagamento de taxas e emolumentos, seguros, impostos, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes à entrega, inclusive licença em repartições públicas, registro, autorizações, publicações e autenticações do Contrato e dos documentos a ele relativos, se necessário.

12.1.6. A contratada deverá assumir inteira responsabilidade pela execução dos serviços de acordo com as especificações constantes da proposta, do edital e seus anexos e contrato.

12.1.7. Responder por todos os ônus referentes ao objeto do Contrato, desde os salários do pessoal nele empregado, como também os encargos trabalhistas, tributários, previdenciários, fiscais e comerciais, que venham a incidir sobre o objeto do presente Termo.

12.1.8. Responder unicamente civil e penalmente, por quaisquer danos, de qualquer natureza, que venham a sofrer seus empregados, terceiros ou a Contratante, em razão de acidente de ação, ou de omissão, dolosa ou culposa, de prepostos da Contratada ou de quem em seu nome agir, decorrentes do ato de entrega, transporte e armazenamento de produtos.

12.1.9. Assumir unicamente a responsabilidade por prejuízos causados a Secretaria por negligência, imperícia ou imprudência de empregados ou prepostos, e também, os custos e assistência quanto a acidentes com seus funcionários, na execução do contrato.

12.2. São obrigações específicas da CONTRATADA para este objeto:

12.2.1. Indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;

12.2.2. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

12.2.3. Reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;

12.2.4. Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde

CENTRAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 99020/2026

TIPO MENOR PREÇO

que motivadas as causas e justificativas desta decisão;

12.2.5. Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;

12.2.6. Quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;

12.2.7. Manter equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para a sustentação da solução, garantindo a escala de plantão/sobreaviso 24x7 estabelecida para as demandas críticas da portaria, rodoviária e vigias noturnos;

12.2.8. Manter a propriedade intelectual e os direitos autorais sobre a plataforma lógica do software (SaaS), concedendo à Administração Pública Municipal o direito de uso pleno, licença de acesso, navegação e extração de dados durante a vigência do contrato;

12.2.9. Assegurar que a totalidade das bases de dados, cadastros biométricos, imagens, tabelas de logs, históricos de tráfego, confirmações de leitura e relatórios gerados em decorrência da execução contratual pertencem exclusivamente ao patrimônio do Município, sendo vedada a retenção, cópia comercial ou uso dessas informações para finalidades alheias ao contrato;

12.2.10. quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;

12.2.11. Executar o processo de transição contratual e descontinuidade (offboarding) ao término da avença, obrigando-se a realizar a extração e entrega integral da base de dados histórica do Município em formato aberto, estruturado e legível por máquina (como JSON, CSV ou SQL dump), sem custos adicionais, garantindo a continuidade dos serviços públicos e a eliminação segura dos dados sensíveis de seus servidores de hospedagem após a validação do recebimento pela fiscalização.

12.2.12. O descumprimento injustificado de quaisquer das obrigações acima poderá ensejar a aplicação das penalidades previstas neste contrato e na legislação vigente, sem prejuízo da eventual responsabilização civil, administrativa e penal da contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – GARANTIA CONTRATUAL E GARANTIA DO SERVIÇO

13.1. A CONTRATADA não prestará garantia nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

13.2. Garantia dos serviços

13.2.1. O prazo de garantia para o(s) serviço(s) prestado(s) é aquele estabelecido na Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

CENTRAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 99020/2026

TIPO MENOR PREÇO

14.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, Anexo I do edital do Pregão Eletrônico nº. 99020/2026.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO SIGILO, DA INVIOABILIDADE E DA PROTEÇÃO DE DADOS

15.1. A contratada, o uso de dados, informações e conteúdo eventualmente oriundos dos serviços contratados está limitado à finalidade da prestação de serviços, sendo vedado seu uso para finalidades diferentes da expressamente determinada neste documento sem o prévio consentimento do CONTRATANTE, não podendo os dados serem tratados posteriormente de forma incompatível com essa finalidade, incluindo operações de coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração dos dados.

15.2. As políticas de proteção de Dados Pessoais estabelecidas pelo CONTRATANTE e as previsões da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, Lei Federal nº 13.709/18, prevalecerão sobre quaisquer disposições eventualmente diversas no presente contrato, no edital da licitação e demais anexos.

15.3. A CONTRATADA deverá prestar esclarecimentos ao CONTRATANTE sobre eventuais atos ou fatos que se referiam ao mesmo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – CASOS DE EXTINÇÃO CONTRATUAL

16.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

16.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

16.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

16.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

16.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

CENTRAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 99020/2026

TIPO MENOR PREÇO

16.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

16.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

16.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

16.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

16.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

16.4.3. Indenizações e multas.

16.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133/2021).

16.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, assim como nas demais normas aplicáveis e nos princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO

18.1. Este contrato será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP e no sítio eletrônico oficial do Poder Executivo Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO

19.1. Fica eleito o foro da Comarca de Barcarena/PA, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste contrato, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

19.2. Para a solução de possíveis controvérsias que decorrerem da execução deste Contrato poderão ser utilizadas a conciliação, a mediação, o comitê de resolução de disputas e a arbitragem.

E por estarem, assim, justos e acertados, assinam o presente instrumento, após lido e achado conforme, para que produza os seus efeitos legais.

Barcarena/PA, xx de xxxx de 20xx.

CENTRAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 99020/2026

TIPO MENOR PREÇO

CONTRATANTE

CONTRATADA

CENTRAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 99020/2026

TIPO MENOR PREÇO

CENTRAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 99020/2026

TIPO MENOR PREÇO

ANEXO III – PROPOSTA DE PREÇO

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Processo Administrativo nº. 6799/2026

Pregão Eletrônico nº 99020/2026

Empresa: [Nome da Empresa]

CNPJ: [CNPJ da empresa]

Endereço: [Endereço da empresa]

Telefone: [Telefone da empresa]

E-mail: [Endereço eletrônico da empresa]

Dados Bancários: [Dados Bancários da empresa]

Representante legal responsável pela assinatura da Ata: [Nome do representante]

CPF: [número do CPF]

RG: [nº do RG e órgão expedidor]

Em atendimento ao Edital do Pregão Eletrônico nº. 99020/2026 e seus Anexos, apresentamos proposta no valor total de R\$ ____ ____ ____ [valor por extenso], conforme tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM (Conforme termo de referência)	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO PROPOSTO (R\$)	VALOR TOTAL PROPOSTO (R\$)
1				

Local e data

Assinatura e carimbo
(Responsável da empresa)

Observações:

1. A licitante deverá ajustar a tabela acima de acordo com o(s) item(ns) para o(s) qual(is) está apresentando a proposta.
2. Emitir em papel que identifique a licitante.

CENTRAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 99020/2026

TIPO MENOR PREÇO

ANEXO IV – ATESTADO DE VISITA TÉCNICA

ATESTADO DE VISITA TÉCNICA (MODELO)

1ª Via - Entregue à Licitante no ato da visita

2ª Via - Para arquivamento no processo

Atestamos, por meio do presente, que o(a) Sr.(a) [inserir nome], portador(a) da cédula de identidade de nº [.....], e CPF de nº [.....], representante da empresa [inserir nome], [inserir qualificação completa], compareceu a(s) área(s) de execução do seguinte serviço:, localizada na, município de Barcarena, consoante determinado no processo licitatório concorrência nº. 99020/2026, realizando vistoria "in loco" e obtendo, assim, todas as informações necessárias ao perfeito conhecimento do objeto do certame e, conseqüentemente, para a elaboração de sua proposta.

[Local], [.] de [.] de [.]

Secretaria Municipal de XXXX
[inserir nome do atestante]